

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A | Resultados do 1º semestre de 2015

João Pessoa, 14 de agosto de 2015 - A Administração da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Paraíba" ou "Companhia") apresenta os resultados do segundo trimestre (2T15) e dos primeiros seis meses de 2015 (6M15).

As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1 Perfil do negócio e destaques econômico-financeiros

A Energisa Paraíba é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 1.338 mil clientes e uma população de aproximadamente 3,3 milhões de habitantes em 216 municípios do Estado da Paraíba, em uma área de 54.595 Km².

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia no primeiro semestre de 2015 e 2014:

Descrição	6M15	6M14	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	1.096,4	800,9	+ 36,9
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	1.028,3	735,0	+ 39,9
Receita Operacional Líquida	660,3	563,0	+ 17,3
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	592,2	497,2	+ 19,1
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	128,1	42,8	+ 199,3
EBITDA	156,5	69,5	+ 125,2
EBITDA Ajustado	173,4	80,8	+ 114,6
Resultado financeiro	(46,6)	14,3	- 425,9
Lucro Líquido	76,0	47,7	+ 59,3
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	26,3	14,4	+ 11,9 p.p
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	1.338,8	1.292,5	+ 3,6
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	1.937,0	1.932,9	+ 0,2
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	2.136,6	2.130,6	+ 0,3
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	12,69	11,53	+ 1,16 p.p
Descrição	30/06/2015	31/12/2014	Variação %
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	1.977,8	1.794,7	+ 10,2
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	159,9	83,7	+ 91,0
Patrimônio Líquido	712,1	671,5	+ 6,0
Endividamento Líquido	608,3	608,9	- 0,1

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

2 Desempenho financeiro

2.1 Receita operacional bruta e líquida

Em 6M15, a Energisa Paraíba apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 1.028,3 milhões, ante R\$ 735,0 milhões registrados em 6M14, aumento de 39,9% (R\$ 293,3 milhões). Já a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, cresceu 19,1% (R\$ 95,0 milhões) no período, para R\$ 592,2 milhões.

A composição da receita líquida é a seguinte:

Receita por Classe de Consumo (R\$ milhões)	Trimestre			Semestre		
	2T15	2T14	Var. %	6M15	6M14	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	531,9	343,7	+ 54,8	1.021,2	707,8	+ 44,3
✓ Residencial	254,0	165,3	+ 53,7	492,8	342,2	+ 44,0
✓ Industrial	59,6	42,2	+ 41,2	115,5	85,4	+ 35,2
✓ Comercial	112,3	71,2	+ 57,7	214,6	145,9	+ 47,1
✓ Rural	29,9	17,8	+ 68,0	56,3	38,7	+ 45,5
✓ Outras classes	76,1	47,2	+ 61,2	142,0	95,6	+ 48,5
(+) Suprimento de energia elétrica	1,3	10,1	- 87,1	2,6	12,0	- 78,3
(+) Fornecimento não faturado líquido	(2,5)	0,1	- 2.600,0	(9,3)	(11,2)	- 17,0
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	10,9	7,4	+ 47,3	21,0	15,1	+ 39,1
(+) Receitas de construção	34,6	34,5	+ 0,3	68,1	65,8	+ 3,5
(+) Outras receitas	0,2	5,3	- 96,2	(7,2)	11,4	- 163,2
(=) Subtotal 1 - Receita bruta	576,4	401,1	+ 43,7	1.096,4	800,9	+ 36,9
(-) Impostos sobre vendas	164,8	111,4	+ 47,9	322,7	227,8	+ 41,7
(-) Encargos setoriais	73,0	5,2	+ 1.303,8	113,4	10,1	+ 1.022,8
(=) Subtotal 2 - Receita líquida	338,6	284,5	+ 19,0	660,3	563,0	+ 17,3
(-) Receitas de construção	34,6	34,5	+ 0,3	68,1	65,8	+ 3,5
(=) Total - Receita líquida, sem receitas de construção	304,0	250,0	+ 21,6	592,2	497,2	+ 19,1

2.2 Ambiente regulatório - revisão tarifária

2.2.1 Bandeiras tarifárias

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o “Sistema de Bandeiras Tarifárias” nas contas de energia elétrica a partir de janeiro de 2015. O acionamento da bandeira é sinalizado mensalmente pela Aneel, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), com base na capacidade de geração de energia elétrica no país. A aplicação da bandeira é o primeiro dia do mês posterior à data de divulgação. As bandeiras são verde, amarela e vermelha e indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica do país e do acionamento das usinas térmicas. O sistema tem por objetivo aliviar o dispêndio de caixa das distribuidoras no curto prazo, conforme descrição seguinte:

Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa de energia elétrica não sofre nenhum acréscimo; Bandeira Amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora consumido; e Bandeira Vermelha: condições mais onerosas de geração de energia. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,055 para cada quilowatt-hora consumido.

2.2.2 Revisão tarifária extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder revisão tarifária extraordinária (RTE) para a Energisa Paraíba, cujo efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de 3,8% a partir de 02/03/2015.

A Energisa Paraíba recebeu o montante de R\$ 25,7 milhões provenientes dos recursos da conta ACR (Conta no Ambiente de Contratação Regulada) repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para cobertura da exposição involuntária no Mercado de Curto Prazo - MCP e despacho termoelétrico vinculado aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado na modalidade por disponibilidade - CCEAR-D relativo aos meses de novembro e dezembro de 2014. Os valores foram registrados como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviço do sistema.

A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados a Energisa Paraíba pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 27,9 milhões. O valor foi registrado pela Companhia como receita de venda de energia.

2.3 Despesas operacionais

Em 6M15, as despesas operacionais totalizaram R\$ 532,3 milhões, aumento de 2,4% (R\$ 12,3 milhões) em relação aos 6M14. Desse total, o crescimento das despesas controláveis foi R\$ 9,8 milhões. As despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram evolução de R\$ 16,3 milhões no semestre, um incremento de 5,3%.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	Trimestre			Semestre		
	2T15	2T14	Variação R\$ milhões	6M15	6M14	Variação R\$ milhões
1 Despesas controláveis	52,9	49,7	+ 3,2	104,8	95,0	+ 9,8
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	28,3	26,8	+ 1,5	55,6	50,9	+ 4,7
1.2 Material	3,8	3,1	+ 0,7	7,1	6,0	+ 1,1
1.3 Serviços de terceiros	20,8	19,8	+ 1,0	42,1	38,1	+ 4,0
2 Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	147,6	167,8	- 20,2	325,4	309,1	+ 16,3
3 Depreciação e amortização	14,3	13,5	+ 0,8	28,4	26,6	+ 1,8
4 Provisões contingências e devedores duvidosos	1,3	9,7	- 8,4	(7,8)	13,7	- 21,5
5 Outras despesas/receitas	6,9	5,3	+ 1,6	13,4	9,8	+ 3,6
Subtotal	223,0	246,0	- 23,0	464,2	454,2	+ 10,0
6 Custo de construção (*)	34,6	34,5	+ 0,1	68,1	65,8	+ 2,3
Total	257,6	280,5	- 22,9	532,3	520,0	+ 12,3

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

2.4 Lucro líquido e geração de caixa

No segundo trimestre de 2015, a Energisa Paraíba lucrou R\$ 51,4 milhões, ante o lucro líquido de R\$ 8,2 milhões no 2T14, o que representa um aumento de 526,8%. Com esse desempenho, a Companhia acumula um lucro líquido de R\$ 76,0 milhões em 6M15, ante o lucro de R\$ 47,7 milhões registrado em igual período do ano passado. Já a geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 156,5 milhões em 6M15, contra os R\$ 69,5 milhões apurados em 6M14, incremento de 125,2%. A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre			Semestre		
	2T15	2T14	Var. %	6M15	6M14	Var. %
(=) Lucro Líquido	51,4	8,2	+ 526,8	76,0	47,7	+ 59,3
(-) Contribuição social e imposto de renda	(19,2)	0,9	-	(5,5)	(9,5)	- 42,1
(-) Resultado financeiro	11,9	3,3	+ 260,6	(46,6)	14,3	-
(-) Depreciação e amortização	(14,3)	(13,5)	+ 5,9	(28,4)	(26,6)	+ 6,8
(=) Geração de caixa (EBITDA)	73,0	17,5	+ 317,1	156,5	69,5	+ 125,2
(+) Receita de acréscimos moratórios	6,8	6,5	+ 4,6	16,9	11,3	+ 49,6
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	79,8	24,0	+ 232,5	173,4	80,8	+ 114,6
Margem do EBITDA Ajustado (%)	25,2	8,4	+ 16,8 p.p	26,3	14,4	+ 11,9 p.p

2.5 Disponibilidades financeiras e endividamento

Em 30 de junho de 2015, o saldo consolidado de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Energisa Paraíba apresentou aumento de R\$ 76,2 milhões em relação ao valor registrado em 31 de dezembro de 2014, totalizando R\$ 159,9 milhões.

Já a dívida líquida da Energisa Paraíba, no montante de R\$ 608,3 milhões, que incluem empréstimos, financiamentos, encargos financeiros, parcelamento de impostos e fundo de pensão, manteve-se praticamente no mesmo patamar de 31 de dezembro de 2014. A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Energisa Paraíba em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014:

Descrição Valores em R\$ milhões	30/06/2015	31/12/2014
Curto Prazo	120,7	152,3
Empréstimos e financiamentos	106,2	138,3
Encargos de dívidas	3,6	3,2
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	10,9	10,8
Longo Prazo	647,5	540,3
Empréstimos e financiamentos	590,5	483,3
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	57,0	57,0
Total das dívidas	768,2	692,6
(-) Disponibilidades financeiras	159,9	83,7
Total das dívidas líquidas	608,3	608,9

3 Mercado de energia

No primeiro semestre de 2015 (6M15), as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Paraíba, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 2.155,7 GWh (1.052,3 GWh no 2T15), redução de 0,5% (redução de 0,3% no 2T15) em relação a igual período do ano anterior. O consumo das classes comercial e residencial, que cresceram 4,7% e 4,0%, respectivamente no semestre, amenizou, em parte, a queda do consumo da indústria.

A energia total distribuída em 6M15 foi de 2.136,6 GWh, ante os 2.130,6 GWh registrados em igual período do ano passado, conforme composição seguinte:

Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

Descrição	Trimestre			Semestre		
	2T15	2T14	Var. %	6M15	6M14	Var. %
1 Vendas de energia no mercado cativo	943,2	943,9	- 0,1	1.937,0	1.932,9	+ 0,2
✓ Residencial	402,5	386,6	+ 4,1	827,3	795,7	+ 4,0
✓ Industrial	127,4	156,9	- 18,8	263,4	314,9	- 16,4
✓ Comercial	180,8	172,3	+4,9	369,0	352,4	+ 4,7
✓ Rural	63,6	59,3	+ 7,3	138,1	129,7	+ 6,5
✓ Outras Classes	168,9	168,8	+ 0,1	339,2	340,2	- 0,3
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	109,1	111,6	- 2,2	218,7	233,9	- 6,5
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	1.052,3	1.055,5	- 0,3	2.155,7	2.166,8	- 0,5
4 Suprimento de energia e não faturado	4,5	9,9	- 54,5	(19,1)	(36,2)	-
5 Energia Total Distribuída (3+4)	1.056,8	1.065,4	- 0,8	2.136,6	2.130,6	+ 0,3

Número de consumidores: a Energisa Paraíba encerrou o primeiro semestre de 2015 com 1.338.765 unidades consumidoras cativas, quantidade 3,6% superior à registrada no fim de junho de 2014. Já o número de consumidores livres totalizou 21 no fim de junho de 2015.

Perdas de energia: em junho de 2015, as perdas de energia da Energisa Paraíba se situaram em 12,69%, contra 11,53% nos últimos doze meses encerrados em junho de 2014.

4 Investimentos

No primeiro semestre de 2015, os investimentos da Energisa Paraíba totalizaram R\$ 69,9 milhões, ante os R\$ 77,9 milhões investidos em 6M14.

5 Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Paraíba no primeiro semestre de 2015 foi de R\$ 205 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras e consultoria.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	30/6/2015	31/12/2014
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	81.750	45.979
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	47.364	8.731
Consumidores e concessionárias	199.667	167.729
Títulos de créditos a receber	29.376	34.397
Estoques	5.467	4.651
Impostos a recuperar	51.394	47.855
Instrumentos financeiros derivativos	17.863	8.901
Ativos regulatórios	189.969	97.466
Outros créditos	69.229	62.480
Total do circulante	692.079	478.189
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	30.739	28.990
Consumidores e concessionárias	541	40
Títulos de créditos a receber	13.394	19.795
Impostos a recuperar	23.433	27.705
Créditos tributários	133.676	126.621
Cauções e depósitos vinculados	24.476	23.334
Instrumentos financeiros derivativos	26.215	39.484
Ativos regulatórios	36.637	91.878
Contas a receber da concessão	311.378	276.224
Outros créditos	1.287	1.504
	601.776	635.575
Investimentos	97	110
Imobilizado	11.622	12.410
Intangível	672.270	668.384
Total do não circulante	1.285.765	1.316.479
Total do ativo	1.977.844	1.794.668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	30/6/2015	31/12/2014
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	126.034	117.345
Encargos de dívidas	3.611	3.182
Empréstimos e financiamentos	106.193	138.322
Folha de pagamento	1.389	1.992
Tributos e contribuições sociais	62.609	67.297
Obrigações estimadas	11.177	8.100
Encargos do consumidor a recolher	6.316	386
Taxa de iluminação pública arrecadada	6.173	5.057
Benefícios a empregados	10.847	10.847
Obrigações Intrasetoriais	18.870	14.871
Passivos regulatórios	132.124	39.891
Outras contas a pagar	9.120	14.240
Total do circulante	494.463	421.530
Não circulante		
Fornecedores	2.646	2.646
Empréstimos e financiamentos	590.491	483.328
Tributos e contribuições sociais	33.736	28.260
Passivos regulatórios	26.316	69.313
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	50.915	51.097
Benefícios a empregados	57.032	56.955
Outros	10.145	10.063
Total do não circulante	771.281	701.662
Patrimônio líquido		
Capital social	487.457	461.424
Reservas de capital	97.002	97.002
Reservas de lucros	73.158	105.664
Dividendos adicionais propostos	-	28.931
Lucros acumulados	76.028	-
Outros resultados abrangentes	(21.545)	(21.545)
Total do patrimônio líquido	712.100	671.476
Total do passivo e patrimônio líquido	1.977.844	1.794.668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
 SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
 (Em milhares de reais)

	6M15	6M14
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia elétrica	1.011.878	696.648
Suprimento de energia elétrica	2.579	12.026
Disponibilidade do sistema elétrico	21.023	15.140
Receita de construção	68.054	65.836
Outras receitas	(7.134)	11.248
	1.096.400	800.898
Deduções à receita operacional		
ICMS faturado	234.490	160.174
PIS, Cofins e ISS	88.208	67.628
Quotas para a reserva global de reversão	-	-
Outras (PEE, CDE, CCC e P&D)	113.374	10.052
	436.072	237.854
Receita operacional líquida	660.328	563.044
Despesas (receitas) operacionais		
Pessoal (inclui fundo de pensão)	55.611	50.890
Material	7.258	5.894
Serviços de terceiros	42.076	37.832
Energia elétrica comprada para revenda	285.123	288.094
Transporte de potência elétrica	40.298	20.997
Depreciação e amortização	28.429	26.621
Provisão para contingências /devedores duvidosos	(7.814)	13.749
Custo de construção	68.054	65.836
Outras despesas/receitas	13.215	10.287
	532.250	520.200
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	128.078	42.844
Receita (Despesa) financeira		
Receitas de aplicações financeiras	4.616	8.925
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	16.914	11.271
Atualização contas a receber da concessão (VNR)	8.584	4.762
Outras receitas financeiras	14.678	7.109
Encargos de dívidas - juros	(20.117)	(19.273)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(53.012)	15.182
(-) Transferência para ordens em curso	1.964	1.480
Marcação a mercado de derivativos	(22.342)	16.725
Instrumentos financeiros derivativos	29.384	(22.629)
Ajuste valor presente de ativos	(8.773)	2.566
Outras despesas financeiras	(18.504)	(11.784)
	(46.608)	14.334
Resultado antes dos impostos	81.470	57.178
Contribuição social e imposto de renda	(5.442)	(9.499)
Lucro líquido do período	76.028	47.679
Lucro líquido por ação do capital social - R\$	82,80	51,93

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

4. Demonstrações de Resultados

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
 (Em milhares de reais)

	6M15	6M14
Caixa líquido atividades operacionais	159.622	80.234
Caixa gerado nas operações	142.262	92.399
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	81.470	57.178
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	43.331	(11.701)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.439)	11.310
Depreciação e amortização	28.429	26.621
Provisão para riscos	(3.155)	2.439
(ganho) Perda na alienação de bens do mobilizado. e do intangível	3.668	648
Instrumentos financeiros derivativos	(29.384)	22.629
Marcação a mercado de derivativos	22.342	(16.725)
Variações nos ativos e passivos	17.360	(12.165)
(Aumento) diminuição de clientes	(11.086)	5.187
(Aumento) de ativos regulatórios	(24.473)	-
Diminuição de títulos de créditos a receber	2.649	8.661
(Aumento) de estoques	(816)	(211)
Diminuição (aumento) de impostos a recuperar	733	(4.024)
(Aumento) de outros créditos	(7.230)	(18.215)
Aumento de fornecedores	14.001	6.958
(Aumento) de caução e depósitos vinculados	(1.142)	(384)
Aumento (diminuição) de tributos e contribuições sociais	5.280	(5.439)
Aumento de passivos regulatórios	47.877	-
Aumento de obrigações estimadas	3.077	289
Aumento de encargos do consumidor a recolher	5.930	180
(Diminuição) de outras contas a pagar	(451)	(1.338)
Impostos de renda e contribuição social pagos	(16.989)	(3.829)
Caixa líquido atividades de investimento	(99.894)	(32.603)
Aplicações no investimento	-	(28)
Aplicações Financeiras e Recursos Vinculados	(35.766)	29.761
Aplicações no imobilizado	(569)	-
Aplicações no intangível	(64.850)	(65.167)
Alienação de bens do mobilizado intangível	1.291	2.831
Caixa líquido atividades de financiamento	(23.957)	(57.360)
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	90.485	37.130
Pagamentos de empréstimos, debêntures - principal	(71.365)	(22.139)
Pagamentos de empréstimos, debêntures - juros	(19.023)	(19.467)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	11.349	(5.749)
Pagamento de dividendos	(35.403)	(47.135)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	35.771	(9.729)
Saldo inicial de caixa e equivalentes	45.979	50.315
Saldo final de caixa e equivalentes	81.750	40.586
Variação líquida do caixa	35.771	(9.729)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A Notas explicativas às informações trimestrais Período findo em 30 de junho de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1 Contexto operacional

A Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia ou Energisa PB”), empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 216 municípios no Estado da Paraíba, atendendo a 1.338.785 consumidores (informação não revisada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 29 de janeiro de 2010.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos regulatórios, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão, receita de construção e prazo de concessão, estão apresentadas nas notas explicativas nº 10, 11, 15, 16, 22 e 28, respectivamente.

2 Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 14 de agosto de 2015 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - Interim Financial Reporting e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014"), publicadas na imprensa oficial em 31 de março de 2015.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - *International Accounting Standards Board*

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014.

4 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 216 municípios do Estado da Paraíba, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5 Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	30/06/2015	31/12/2014
Caixa Econômica Federal	CDB	23/06/2017 á 31/01/2018	100,5% do CDI	28.349	18.069
Santander	Debêntures (2)	07/06/2017	103,2% do CDI	16.239	-
				44.588	18.069
Caixas e bancos				37.162	27.910
Total caixa e equivalente de caixa				81.750	45.979

b) Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	30/06/2015	31/12/2014
ABC Brasil	CDB	25/09/2015	103,0% do CDI	2	2
Banrisul	Fundo de Investimento	-	89,25% do CDI	53	51
BES	CDB	06/05/2015 a 09/03/2017	102,5% a 103,0% do CDI	14	14
BICBanco	CDB	24/08/2015 a 10/02/2016	98,0% a 108,0% do CDI	73	68
BMG	CDB	19/01/2015	100,0% do CDI	-	10
Bradesco	CDB	03/09/2015	90,0% do CDI	183	341
BTG Pactual	CDB	05/12/2015	103,0% do CDI	80	75
Caixa FI Energisa (4)	Fundo de Investimento	-	108,10% do CDI	11.604	106
Caixa Econômica Federal	Poupança	-	Poupança	87	87
Caixa FI Energisa (4)	NTNB	15/05/2045	SELIC	-	4
Bradesco	Poupança	-	Poupança	58	58
HSBC	CDB	03/08/2015	100,0% do CDI	706	666
Itaú	CDB	25/11/2015 a 17/06/2016	95,0% a 102,0% do CDI	104	99
Itaú	Debêntures (2)	24/11/2015 a 11/07/2016	90,0% a 102,0% do CDI	306	284
Itaú	Fundo de Investimento	-	65,64% do CDI	757	735
Nordeste	CDB	15/02/2019 a 30/08/2019	90,0% a 99,0% do CDI	26.514	31.009
Pine	CDB	08/02/2017	104,0% do CDI	212	199
Safra	Debentures (2)	20/08/2015	100,8% do CDI	29	28
FIM Zona da Mata (4)	Fundo de Investimento	-	96,40% do CDI	33.092	-
Votorantim	CDB	27/05/2015	98,0% do CDI	5	5
				73.879	33.841

b.3 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	30/06/2015	31/12/2014
Itaú	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	29/12/2020	100,0% do CDI	4.224	3.880
				4.224	3.880
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (3)				78.103	37.721
Circulante				47.364	8.731
Não circulante				30.739	28.990

- (1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.
- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (3) Inclui R\$33.406 (R\$37.610 em 31 de dezembro de 2014) referente recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.
- (4) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

6 Clientes

Classes de Consumidores	Saldos vincendos ⁽¹⁾	Vencidos					30/06/2015	31/12/2014
		até 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		
Residencial	30.619	25.736	10.254	4.027	86	45	70.767	45.482
Industrial	21.674	2.153	1.084	468	300	5.237	30.916	28.035
Comércio, serviços e outras atividades	22.901	5.072	1.485	845	208	1.782	32.293	25.081
Rural	3.260	1.700	845	510	19	53	6.387	4.923
Poder Público:								
Federal	3.260	273	43	21	-	29	3.626	2.823
Estadual	5.222	438	68	35	-	43	5.806	4.517
Municipal	3.728	312	50	23	-	31	4.144	3.225
Iluminação pública	7.412	1.257	435	73	-	6	9.183	7.053
Serviço público	5.487	98	38	41	51	1	5.716	4.664
Subtotal - consumidores	103.563	37.039	14.302	6.043	664	7.227	168.838	125.803
Concessionárias ⁽²⁾	-	-	-	-	-	40	40	40
Fornecimento não faturado	42.907	-	-	-	-	-	42.907	52.192
Outros	11	-	-	-	-	768	779	664
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(4.027)	(294)	(8.035)	(12.356)	(10.930)
Total	146.481	37.039	14.302	2.016	370	-	200.208	167.769
Curto prazo							199.667	167.729
Longo prazo							541	40

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 30 de junho de 2015, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$40 em 31 de dezembro de 2014. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$41.773 (R\$13.867 em 31 de dezembro de 2014), referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$6.111 (R\$3.137 em 31 de dezembro de 2014), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	30/06/2015	31/12/2014
Créditos vencidos (*)	40	40
(-) Aquisições de energia na CCEE	(41.773)	(13.867)
(-) Encargos de serviços do sistema	(6.111)	(3.137)
	(47.844)	(16.964)

(*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa.

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia no curto prazo que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no sub-mercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os sub-mercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

7 Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados a valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os saldos estão demonstrados como se segue:

	30/06/2015	31/12/2014
Títulos de créditos a receber	76.346	86.729
Ajuste a valor presente	(17.388)	(8.615)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(16.188)	(23.922)
	42.770	54.192
Circulante	29.376	34.397
Não circulante	13.394	19.795

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 30 de junho de 2015, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2015
Vencidos	16.188
2015	29.378
2016	3.474
2017	1.945
2018	1.311
2019	553
2020 em diante	6.109
Total	58.958

8 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	30/06/2015	31/12/2014
Saldo - inicial -circulante - 31/12/2014 e 31/12/2013	34.852	29.652
Provisões constituídas no período	2.492	9.532
Reversão de provisões no período	(8.800)	(4.332)
Saldo - final - circulante - 30/06/2015 e 31/12/2014	28.544	34.852
Clientes, consumidores e concessionárias	12.356	10.930
Títulos de créditos a receber	16.188	23.922

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes.

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- ✓ Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

9 Impostos a recuperar

	30/06/2015	31/12/2014
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	21.416	22.532
Imposto de Renda Retido na Fonte	785	679
Imposto de Renda - IRPJ	23.280	18.541
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	9.391	3.846
Contribuição do PIS e COFINS	19.596	29.568
Outros	359	394
	74.827	75.560
Circulante	51.394	47.855
Não circulante	23.433	27.705

10 Revisão e reajuste tarifário periódico

Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.785, de 26 de agosto de 2014, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor desde 28 de agosto de 2014, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento de 21,81%.

Reajuste tarifário extraordinário:

A ANEEL, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015, deliberou por conceder, a partir de 02/03/2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciado para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para a Companhia foi de 3,8%.

O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

Bandeiras tarifárias:

A partir de janeiro de 2015, as contas de energia sofreram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$0,055 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A distribuidora de energia divulgará, na conta de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender então, qual bandeira estaria valendo no mês atual.

As bandeiras tarifárias são homologadas pela ANEEL, a cada ano civil, considerada a previsão das variações relativas aos custos de geração por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, cabendo a CCEE criar e manter a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos, sendo a próxima revisão em agosto de 2017. Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.592 de 27 de agosto de 2013, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária da Companhia, em vigor desde 28 de agosto de 2013, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi uma redução de 3,02%.

11 Ativos e passivos regulatórios

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros. No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

Ativos regulatórios	30/06/2015	31/12/2014
Itens da Parcela A (i)		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	4.004	930
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	832
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	5.696	6.016
Energia elétrica comprada para revenda	216.154	177.186
Itens financeiros		
CUSD	126	-
Outros itens financeiros	626	4.380
Total Ativo	226.606	189.344
Circulante	189.969	97.466
Não Circulante	36.637	91.878

Passivos regulatórios	30/06/2015	31/12/2014
Itens da Parcela A (i)		
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	685	-
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	43.381	30.662
Sobrecontratação de energia (ii)	112.596	69.530
Itens financeiros		
CUSD	-	5.783
Exposição de submercados	259	1.815
Neutralidade da Parcela A	1.519	1.414
Total Passivo	158.440	109.204
Circulante	132.124	39.891
Não Circulante	26.316	69.313
Saldo líquido dos ativos e passivos regulatórios	68.166	80.140

Efeito na demonstração do resultado	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015
Receita operacional	(7.937)	(23.404)
Outras despesas financeiras	6.906	11.430
Total - resultado	(1.031)	(11.974)

(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(ii) Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente)

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga.

(iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS - representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços auxiliares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN;

A Companhia assinou junto a ANEEL, aditivo ao contrato de concessão com inclusão de cláusula específica que possibilitou o reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios como ativo ou passivo financeiro.

De acordo com o OCPC 08 a contabilização dos saldos existentes deve ser efetuada a partir do exercício da assinatura do aditivo ao contrato de concessão de forma prospectiva.

Desta forma, os valores reconhecidos de ativos e passivos regulatórios tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços, receitas e despesas financeiras.

12 Outros créditos

	30/06/2015	31/12/2014
Baixa renda (1)	15.046	23.574
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	12.293	8.893
Ordens de serviço em curso - outros	703	1.388
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	34.528	26.642
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	2.134	1.303
Adiantamentos	219	144
Reembolso CDE - bandeira tarifária	5.097	-
Despesas antecipadas	486	914
Outros	10	1.126
Total	70.516	63.984
Circulante	69.229	62.480
Não circulante	1.287	1.504

Segue a movimentação do baixa renda e da subvenção CDE-desconto tarifário:

(1) Baixa Renda

	30/06/2015	31/12/2014
Saldo - inicial 31/12/2014 e 31/12/2013	23.574	13.053
Subvenção baixa renda	36.074	84.457
Ressarcimento Eletrobrás	(44.602)	(73.936)
Saldo- final - circulante -30/06/2015 e 31/12/2014	15.046	23.574

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

Em julho de 2015 foram recebidos o montante de R\$10.697 referente à subvenção baixa renda.

(2) Subvenção CDE - desconto tarifário

	30/06/2015	31/12/2014
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural aplicados nas tarifas	111.710	83.845
Ressarcimento Eletrobrás	(77.182)	(57.203)
Total	34.528	26.642

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Em 30 de junho de 2015, o saldo em aberto corresponde a subvenção incorrida nos meses de novembro de 2014 a junho de 2015, cujo ressarcimento a administração da companhia espera receber da CDE no terceiro trimestre de 2015. Em julho de 2015 foram recebidos o montante de R\$4.347 referente à subvenção CDE.

13 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda. (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de

Seguros Ltda. (EPLA), Energisa Geração Usina Mauricio, Energisa Geração Central Solar Coremas S/A.

Em abril de 2014 a controladora **ENERGISA S/A**, adquiriu a participação nas sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - em recuperação judicial, que conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS), Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale Paranapanema S/A (EDEV), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB), Multi Energisa Serviços S/A (Multi Energisa), Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A, (empresas que passaram a compor o Grupo Energisa).

Transações efetuadas no período pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesa) ⁽¹⁾	Energia Elétrica comprada para revenda (Custo) ⁽²⁾	Comissão aval (Despesa financeira) ⁽³⁾	Saldo a receber (Consumidores e concessionárias)	Saldo a pagar (fornecedores)
ENERGISA S/A	11.973	-	3.640	-	1.889
EBO	-	15	-	15	-
30/06/2015	11.973	15	3.640	15	1.889
30/06/2014	11.420	1.521	2.963	281	2.183
31/12/2014	22.963	4.432	6.635	250	2.465

(1) Os serviços contratados junto a Controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

(2) Os valores de energia elétrica comprada estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.

(3) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobrecontratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

Remuneração dos Administradores:

No período findo em 30 de junho 2015, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$745 (R\$618 em 30 de junho de 2014) e da Diretoria foi de R\$535 (R\$1.694 em 30 de junho de 2014). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$310 (R\$217 em 30 de junho de 2014). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$299 (R\$320 em 30 de junho de 2014).

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de junho, foram de R\$65 e R\$5 (R\$60 e R\$1 em 30 de junho de 2014), respectivamente. A remuneração média no período de 2015 foi de R\$19 (R\$14 em 30 de junho de 2014).

Na AGO de 30 de abril de 2015, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2015 no montante de R\$9.280 (R\$8.721 para o exercício de 2014).

14 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	30/06/2015	31/12/2014
Ativo - diferenças temporárias		
Imposto de renda	124.934	112.270
Contribuição social sobre o lucro líquido	44.976	40.417
Total - não circulante	169.910	152.687
Passivo - diferenças temporárias		
Imposto de renda	26.643	19.166
Contribuição social	9.591	6.900
	36.234	26.066
Totais líquidos - ativos não circulantes	133.676	126.621

As diferenças temporárias são como segue:

	30/06/2015		31/12/2014	
	base de cálculo	IRPJ + CSSL	base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Créditos fiscais - ágio (1)	173.341	58.911	179.369	60.985
Provisão ajuste atuarial	67.879	23.079	67.802	23.052
Provisões para riscos	50.915	17.311	51.097	17.373
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	21.900	7.446	28.209	9.591
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras)	30.820	10.479	30.475	10.362
Variações cambiais passivas	124.516	42.336	72.030	24.490
Ajuste a valor presente	17.388	5.912	8.615	2.929
Ativos regulatórios (CVA's)	(25.630)	(8.714)	-	-
Outras adições (exclusões) temporárias	13.051	4.437	11.482	3.905
Marcação a mercado - derivativo	(44.078)	(14.987)	(48.385)	(16.451)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR das contas a receber da concessão e atualizações:	(36.864)	(12.534)	(28.280)	(9.615)
Total - ativo não circulante	393.238	133.676	372.414	126.621

(1) O benefício fiscal do ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, segundo a curva de rentabilidade projetada, conforme aprovado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 759 de 12 de dezembro de 2006.

A seguir está apresentada a estimativa para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Período	Realização dos créditos fiscais
2015	5.331
2016	10.563
2017	10.563
2018	10.463
2019	10.363
2020	10.363
2021 a 2024	76.030
Total	133.676

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2014 a 30/06/2014
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	70.535	81.469	7.263	57.178
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(23.982)	(27.699)	(2.469)	(19.440)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	4.708	21.657	2.972	9.316
Outros - exclusões permanentes (**)	114	600	(1.468)	625
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro	(19.160)	(5.442)	965	(9.499)
Alíquota efetiva	27,16%	6,68%	13,29%	16,61%

(*) Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE- auferidos no período findo em 30 de junho de 2015 e 2014, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

(**) Referem-se basicamente as despesas contabilizadas em doações, patrocínios, participações e brindes.

A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro de 2012 obteve aprovação do Ministério da Integração Social seu novo pedido de benefício fiscal de 75% para o período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2021 e o deferimento de seu pedido junto a Receita Federal - Despacho decisório nº 128 DRF/JPA de 23 de maio de 2013 e consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

15 Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. No período findo em 30 de junho de 2015, foram reconhecidos em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$ 8.584. Esse direito está classificado como disponíveis para venda no não circulante. Em 30 de junho de 2015, o saldo dessa rubrica monta:

Movimentação	30/06/2015	31/12/2014
Ativo financeiro - 30/06/2015 e 31/12/2014	276.224	225.555
Adições no período/exercício (*)	27.816	45.523
Baixas no período/exercício	(1.246)	(1.916)
Ativo financeiro	302.794	269.162
Atualização contas a receber da concessão - VNR	8.584	7.062
Ativo financeiro custo corrigido- 30/06/2015 e 31/12/2014	311.378	276.224

(*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

16 Intangível e Imobilizado

	30/06/2015	31/12/2014
Intangível - Contrato de concessão	672.270	668.384
Imobilizado	11.622	12.410
Total	683.892	680.794

Intangível - Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

Intangível	Saldo 31/12/2014	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 30/06/2015
Intangível em Serviço						
Custo	1.254.486	-	44.592	(4.499)	-	1.294.579
Amortização Acumulada	(494.761)	-	-	1.498	(31.634)	(524.897)
Subtotal	759.725	-	44.592	(3.001)	(31.634)	769.682
Em Curso	81.636	69.371	(44.592)	(29.003)	-	77.412
Total	841.361	69.371	-	(32.004)	(31.634)	847.094
(-) Obrigações Vinculadas a concessão						
Em Serviço						
Custo	192.254	-	2.137	-	-	194.391
Amortização Acumulada	(46.312)	-	-	-	(4.562)	(50.874)
Subtotal	145.942	-	2.137	-	(4.562)	143.517
Em Curso	27.035	7.596	(2.137)	(1.187)	-	31.307
Total das Obrigações Vinculadas a concessão	172.977	7.596	-	(1.187)	(4.562)	174.824
Total Intangível	668.384	61.775	-	(30.817)	(27.072)	672.270
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Edificações e benfeitorias	327	-	-	-	-	327
Máquinas e equipamentos	15.925	-	519	-	-	16.444
Veículos	120	-	-	-	-	120
Móveis e utensílios	12.172	-	50	-	-	12.222
Total do imobilizado em serviço	28.544	-	569	-	-	29.113
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(103)	-	-	-	(5)	(108)
Máquinas e equipamentos	(8.152)	-	-	-	(1.068)	(9.220)
Veículos	(97)	-	-	-	(9)	(106)
Móveis e utensílios	(7.782)	-	-	-	(275)	(8.057)
Total Depreciação acumulada	(16.134)	-	-	-	(1.357)	(17.491)
Subtotal Imobilizado	12.410	-	569	-	(1.357)	11.622
Imobilizado em curso	-	569	(569)	-	-	-
Total do Imobilizado	12.410	569	-	-	(1.357)	11.622
Total Geral	680.794	62.344	-	(30.817)	(28.429)	683.892

(*) Do total das baixas realizadas no período findo em 30 de junho de 2015 no montante de R\$30.817, R\$27.816 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$3.001 referem-se às baixas operacionais realizadas no período.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do intangível está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,44% (4,43% em 31 de dezembro de 2014).

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/06/2015	31/12/2014
Contribuições do consumidor (1)	78.221	73.948
Participação da União - recursos CDE (2)	140.117	140.117
Participação do Governo do Estado (2)	11.938	11.938
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	9.421	6.098
(-) Amortização acumulada	(50.874)	(46.312)
Total	188.823	185.789
Alocação:		
Contas a receber da concessão	13.999	12.812
Infraestrutura - Intangível em serviço	143.517	145.942
Infraestrutura - Intangível em curso	21.886	20.937
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	9.421	6.098
Total	188.823	185.789

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida em agosto de 2009, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária em agosto de 2013, a partir dessa data, os faturamentos das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizado na rubrica Obrigações vinculadas à concessão.

Até 30 de junho de 2015, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$9.421 (R\$6.098 em 31 de dezembro de 2014).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Imobilizado

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia foram:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	Taxas %
Edificações e benfeitorias	3,33%
Máquinas e equipamentos	16,26%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

17 Fornecedores

	30/06/2015	31/12/2014
Suprimento:		
CCEE	41.773	13.867
Contratos Bilaterais (1)	58.462	70.246
Encargos do serviço de sistema (1)	6.111	3.137
Conexão à rede (1)	325	325
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	502	810
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS	4.634	4.660
Materiais, serviços e outros (2)	16.873	26.946
Total	128.680	119.991
Circulante	126.034	117.345
Não Circulante	2.646	2.646

(1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

18 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		
		Circulante	Não Circulante	30/06/2015	31/12/2014	Ref.
Em moeda nacional						
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	652	-	61.000	61.652	61.591	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	29	354	164	547	741	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	74	520	1.062	1.656	1.939	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	67	514	1.126	1.707	1.912	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	58	324	1.535	1.917	2.093	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	292	407	2.336	3.035	3.051	
Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	52	146	749	947	971	
Eletrobrás - Subtransmissão	14	2.752	-	2.766	5.830	
Eletrobrás - Eletrificação Rural	-	-	-	-	6	
Eletrobrás - Devolução LPT	-	14.464	-	14.464	13.646	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	19	9.782	9.198	18.999	23.773	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	-	8.877	36.013	44.890	48.019	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	-	2.226	2.628	4.854	6.071	
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	168	1.598	28.949	30.715	33.715	
Banco BNB - repasse BNDES	38	7.788	21.103	28.929	32.793	
Banco Itaú BBA - FINAME	185	4.346	33.042	37.573	36.546	
Cédula de Crédito Bancário	-	-	-	-	40.269	
Subtotal em moeda nacional	1.648	54.098	198.905	254.651	312.966	
(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(339)	(885)	(1.224)	(1.392)	
Total em moeda nacional	1.648	53.759	198.020	253.427	311.574	
Em moeda estrangeira						
Banco Itaú BBA I	868	52.434	-	53.302	45.511	(1)
Banco Itaú BBA II	931	-	187.015	187.946	161.438	(1)
Citibank	164	-	205.456	205.620	106.309	(1)
Total em moeda estrangeira	1.963	52.434	392.471	446.868	313.258	
Total	3.611	106.193	590.491	700.295	624.832	

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$30.739 (R\$28.990 em 31 de dezembro de 2014), registrados na rubrica, "recursos vinculados" no ativo circulante.

(1) Os contratos de financiamentos junto ao Banco Itaú BBA e Citibank, possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 25).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2015:

Operação	Vencimento	Características da Operação		Prazo Médio meses	Custo da Dívida		TIR (Taxa efetiva de juros)	Ref.
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Taxa de Juros a.a.		
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	66	CDI	+ 0,7%	6,27%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-2016	mensal	Recebíveis	17	RGR	5,0%	2,50%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	34	RGR	5,0%	2,50%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	jul-2019	mensal	Recebíveis	21	RGR	5,0%	2,50%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	out-2020	mensal	Recebíveis	76	RGR	5,0%	2,50%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	jun-2021	mensal	Recebíveis	71	RGR	5,0%	2,50%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	mar-2022	mensal	Recebíveis	81	RGR	5,0%	2,50%	
Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal	Recebíveis	9	RGR	5,0%	2,50%	
Eletrobrás - Devolução LPT	mar-2016	mensal	Recebíveis	9	Selic Acumulada		3,00%	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	12	pré-fixado	7,8%	3,90%	(2)
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	jun-2019	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	48	pré-fixado	8,1%	4,05%	(2)
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	12	TJLP	+ 4,0%	5,00%	
Banco BNB - repasse BNDES FINEM	Dez-2023	mensal	Aval Energisa S.A	102	TJLP	+ De 3,50% a 8,90%	4,75% a 7,45%	
Banco do Nordeste - Repasse BNDES	jan-2019	mensal	Aval Energisa S.A.	43	TJLP	+ De 3,4% a 4,4%	4,70% a 5,20%	
Banco Itaú BBA - FINAME	até ago-2023	Mensal	Aval Energisa S.A.	98	TJLP	+ 2,5% a 10%	4,25% a 8,00%	
Banco Itaú BBA I	Ago-2015	final	Aval Energisa S.A	2	Dólar	+ 3,2466	18,43%	(1)
Banco Itaú BBA II	Abr-18	anual após abr2017	Aval Energisa S.A	34	Dólar	+ 3,4892%	18,55%	(1)
Citibank	Set-2017	Anual após set.2016	Aval Energisa S.A	27	Libor	+ 1,8987%	22,93%	(1)

(1) Possui Swap.

(2) Considera Bônus de adimplemento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no período/exercício:

Moeda/indicadores	30/06/2015	31/12/2014
US\$ x R\$	16,81%	13,39%
TJLP	3,00%	5,00%
SELIC	5,99%	10,90%
CDI	5,92%	10,81%
IPCA	6,17%	6,41%
IGP-M	4,33%	3,67%
LIBOR	0,27%	0,23%

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2015
2016	85.239
2017	217.348
2018	169.199
2019	78.928
Após 2019	39.777
Total	590.491

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	30/06/2015	31/12/2014
Saldo em 31/12/2014 e 31/12/2013	624.832	531.735
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	92.722	104.328
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	73.129	69.846
Pagamento de principal	(71.365)	(50.516)
Pagamento de juros	(19.023)	(30.561)
Saldo em 30/06/2015 e 31/12/2014	700.295	624.832
Circulante	109.804	141.504
Não circulante	590.491	483.328

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

Contratos	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	48	96	389	533
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	55	110	55	220
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	14	28	13	55
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE)	52	104	260	416
	169	338	717	1.224

19 Tributos e Contribuições Sociais

	30/06/2015	31/12/2014
ICMS	35.223	29.609
Encargos sociais	2.461	2.293
IRPJ	24.548	21.766
CSSL	9.530	8.722
PIS / COFINS	23.038	30.410
IRRF	761	1.198
Outros	784	1.559
Total	96.345	95.557
Circulante	62.609	67.297
Não circulante	33.736	28.260

20 Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Saldo inicial 31/12/2014	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 30/06/2015
Trabalhistas	19.988	3.202	(4.681)	1.075	19.584
Cíveis	28.461	3.077	(4.617)	1.742	28.663
Fiscais	2.648	14	(150)	156	2.668
Total	51.097	6.293	(9.448)	2.973	50.915
Depósitos e cauções vinculados (*)	(8.392)				(7.262)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$24.476 (R\$23.334 em 31 de dezembro de 2014) dos quais R\$17.214 (R\$14.942 em 31 de dezembro de 2014) não foram constituídas provisões para riscos pelo fato do prognóstico de ganho ser possível ou remoto.

No período findo em 30 de junho de 2015 foram pagos o montante de R\$3.948 (R\$6.355 em 31 de dezembro de 2014), sendo de indenizações trabalhistas R\$1.218 (R\$2.548 em 31 de dezembro de 2014) e de indenizações cíveis R\$2.730 (R\$3.807 em 31 de dezembro de 2014).

Perdas prováveis:

Trabalhistas

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de verbas contratuais/legais: horas extras, equiparação salarial, FGTS, entre outros.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986.

Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas a Cofins, PIS, INSS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estarem em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$358.088 (R\$315.922 em 31 de dezembro de 2014), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

Ações judiciais de natureza trabalhistas no montante R\$22.110 (R\$19.826 em 31 de dezembro de 2014), têm como objeto o pleito de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como a responsabilidade subsidiária da Companhia em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Incremento no montante de R\$2.284 refere-se, basicamente, a entrada de 17 novos processos com valor pedido no montante de R\$1.431 tendo como objeto Equiparação Salarial, Indenização Dano Moral, entre outros.

Cíveis

Ações judiciais de natureza cível, no montante de R\$83.944 (R\$88.733 em 31 de dezembro de 2014), têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

A redução de R\$4.789 refere-se, basicamente, as alterações de prognósticos em face do andamentos dos processos.

Fiscais

Ações de natureza fiscal e tributária no montante de R\$252.034 (R\$207.363 em 31 de dezembro de 2014) referem-se basicamente aos seguintes objetos: (i) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, leilão de energia, entre outros.

Incremento no montante de R\$44.671 refere-se, basicamente a alterações de prognósticos em processo onde se discute recolhimento de ICMS.

21 Patrimônio Líquido

21.1 Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$487.457 (R\$461.424 em 31 de dezembro de 2014) está representado por 918.160 ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$26.033, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo da reserva de lucros - Incentivo Fiscal - Redução de Imposto de Renda, passando o capital social para R\$487.457.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 6.000.000 de ações, sendo até 4.092.176.000 em ações ordinárias e até 1.907.824.000 em ações preferenciais.

21.2 Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais propostos da Companhia, relativos ao exercício de 2014, no montante de R\$28.931, conforme segue: (i) em 19 de janeiro de 2015, o valor de R\$15.900 (R\$17,31724318 por ação ordinária); e (ii) em 02 de abril de 2015, o valor de R\$13.031 (R\$14,19221178 por ação ordinária).

O Conselho de Administração aprovou em 28 de maio de 2015, a distribuição de dividendos intercalares à conta dos resultados apurados até 31 de março do corrente exercício, no montante de R\$6.472 (R\$7,04894892 por ação ordinária), pagos no dia 03 de junho de 2015.

22 Receita operacional

	30/06/2015				30/06/2014			
	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2015 à 30/06/2015	01/01/2015 à 30/06/2015	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2014 à 30/06/2014
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	1.098.754	827.265	253.980	492.773	1.058.486	795.720	165.338	342.234
Industrial	4.425	263.386	59.620	115.526	4.528	314.858	42.163	85.445
Comercial	93.868	369.048	112.259	214.600	93.042	352.365	71.157	145.851
Rural	123.812	138.072	29.944	56.304	118.961	129.688	17.826	38.673
Poder Público:								
Federal	622	29.403	14.775	27.736	606	28.458	9.612	19.204
Estadual	3.260	40.071	11.723	22.008	3.176	38.783	7.627	15.238
Municipal	12.058	50.471	7.776	14.599	11.746	48.849	5.059	10.108
Iluminação Pública	681	115.331	22.524	41.150	657	112.203	13.033	26.032
Serviço Público	1.040	101.664	19.325	36.466	1.020	109.711	11.908	25.042
Consumo Próprio	244	2.268	-	-	237	2.253	-	-
Subtotal	1.338.764	1.936.979	531.926	1.021.162	1.292.459	1.932.888	343.723	707.827
Remuneração contas a receber da concessão	-	-	5.277	10.292	-	-	4.074	8.022
Suprimento	-	33.018	1.306	2.579	-	8.800	10.133	12.026
Fornecimento não faturado (líquido)	-	(52.072)	(2.478)	(9.284)	-	(44.988)	79	(11.179)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	21	-	10.943	21.023	19	-	7.407	15.140
Receita de construção (1)	-	-	34.565	68.054	-	-	34.471	65.836
Ativos e Passivos regulatórios - CVA (2)	-	-	(7.937)	(23.404)	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	2.825	5.978	-	-	1.249	3.226
Total - receita operacional bruta	1.338.785	1.917.925	576.427	1.096.400	1.292.478	1.896.700	401.136	800.898
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	121.723	234.490	-	-	77.823	160.174
PIS	-	-	7.665	15.694	-	-	5.967	12.046
COFINS	-	-	35.306	72.289	-	-	27.487	55.485
ISS	-	-	115	225	-	-	49	97
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	1.408	2.962	-	-	1.293	2.522
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	18.949	26.529	-	-	1.157	1.955
Receita de Ultrapassagem	-	-	1.564	3.323	-	-	1.521	3.053
Encargos do Consumidor - Bandeira Tarifárias	-	-	49.720	77.598	-	-	-	-
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	1.408	2.962	-	-	1.293	2.522
Total - deduções da receita operacional	-	-	237.858	436.072	-	-	116.590	237.854
Total - receita operacional líquida	1.338.785	1.917.925	338.569	660.328	1.292.478	1.896.700	284.546	563.044

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

(2) Refere-se ao montante de ativos e passivos regulatórios reconhecidos no período findo em 30 de junho de 2015 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14 e Comunicado Técnico Ibracon nº 05/2014.

23 Custo de Energia Elétrica Comprada para Revenda

	MWH (***)			Energia elétrica comprada p/revenda		
	30/06/2015	30/06/2014	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2014 a 30/06/2014
Energia de leilão	1.132.984	913.700	108.316	217.927	97.805	174.462
Energia bilateral	217.727	217.700	21.229	42.424	20.040	39.724
Cotas de Angra REN 530/12	75.429	75.100	6.505	12.683	5.643	11.276
Energia de curto prazo - CCEE	7.648	211.000	59.255	101.850	81.891	193.896
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	802.933	765.900	12.910	25.441	12.689	24.969
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	43.434	42.100	5.369	10.738	5.755	11.510
Ressarcimento pela exposição térmica (*)	-	-	-	(25.742)	(53.578)	(144.838)
Reembolso do Fundo CDE - bandeira tarifária (**)	-	-	(57.606)	(79.989)	-	-
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(6.380)	(20.209)	(12.302)	(22.905)
Total	2.280.155	2.225.500	149.598	285.123	157.943	288.094

(*) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Em março de 2015 a Aneel homologou os valores através do Despacho nº 773 de 27 de março de 2015 no montante de R\$25.742 (R\$144.838 em 30 de junho de 2014).

Os valores referentes aos Despachos de março de 2015, foram repassados pela CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados encargos de PIS e COFINS.

(**) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08/04/2015, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados nas rubricas Encargos do consumidor - Bandeira Tarifária e Reembolso do Fundo CDE - Bandeira Tarifária. No período foram contabilizados R\$79.989, como redutor de energia comprada, e R\$77.598 como deduções da receita operacional.

Para os meses de janeiro a maio de 2015 a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	Valor
Janeiro	Despacho 583 de 4 de março de 2015	(1.755)
Fevereiro	Despacho 829 de 30 de março de 2015	(716)
Março	Despacho 1356 de 4 de maio de 2015	(948)
Abril	Despacho 1743 de 29 de maio de 2015	1.759
Maio	Despacho 2131 de 30 de junho de 2015	5.097
Junho	Valor a ser homologado	(1.046)
Total		2.391

Sobre esses montantes foram registrados encargos de PIS e COFINS.

(***) Não revisado pelos auditores independentes.

24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações financeiras intermediárias e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual
			30/06/2015 e 31/12/2014
Risco Operacional	23/10/2015	35.606	410
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2015	50.600	316
Frota- Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2015	Até R\$ 360 mil/veículo	231
Vida em Grupo - Morte e Acidentes pessoais	31/12/2015	91.062	404
			1.361

Risco Operacional

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil Geral

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

Frota

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

25 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	30/06/2015		31/12/2014	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	81.750	81.750	45.979	45.979
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	78.103	78.103	37.721	37.721
Clientes	200.208	200.208	167.769	167.769
Títulos de créditos a receber	42.770	42.770	54.192	54.192
Conta a receber da concessão	311.378	311.378	276.224	276.224
Ativos regulatórios líquidos	68.166	68.166	80.140	80.140
Instrumentos financeiros derivativos	44.078	44.078	48.385	48.385

PASSIVO	30/06/2015		31/12/2014	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	128.680	128.680	119.991	119.991
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	700.295	700.295	624.832	624.832

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão e ativos regulatórios líquidos. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES, e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse o FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 23/12/2014) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período/exercício é o como segue:

	30/06/2015	31/12/2014
Dívida (a)	700.295	624.832
Caixa e equivalentes de caixa	(81.750)	(45.979)
Dívida Líquida	618.545	578.853
Patrimônio Líquido (b)	712.100	671.476
Índice de endividamento líquido	0,87	0,86

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	-	126.034	-	-	-	2.646	128.680
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas	11,36%	104.579	42.076	450.435	202.187	27.646	826.923
Total		230.613	42.076	450.435	202.187	30.292	955.603

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração da Companhia vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras intermediárias foi:

	30/06/2015	31/12/2014
Caixa e equivalente de caixa	81.750	45.979
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	78.103	37.721
Clientes	200.208	167.769
Títulos de créditos a receber	42.770	54.192
Conta a receber da concessão	311.378	276.224
Ativos regulatórios líquidos	68.166	80.140
Instrumentos financeiros derivativos	44.078	48.385

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7, 11, 15 e 25.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 18, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de junho de 2015 com alta de 16,81% sobre 31 de dezembro de 2014, cotado a R\$3,1026/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de junho de 2015 era de 17,57%, enquanto em 31 de dezembro de 2014 era de 14,33%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 30 de junho de 2015 de R\$701.519 (R\$626.224 em 31 de dezembro de 2014), R\$392.471 (R\$313.258 em 31 de dezembro de 2014) estão representados em dólares:

- (i) US\$17,1 milhões de empréstimo com o Banco Itaú BBA (US\$16,9 milhões de principal); e
- (ii) US\$66,2 milhões de empréstimo com o Citibank (US\$66,2 milhões de principal)
- (iii) US\$60,3 milhões de empréstimo com o Banco Itaú BBA (US\$60,3 milhões de principal)

Os empréstimos têm vencimento de curto e longo prazo, 17 de agosto de 2015 e 28 de maio de 2019, respectivamente, e custos de até VC mais 4,33% ao ano.

O balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 apresenta no ativo circulante R\$17.863 (R\$8.901 em 31 de dezembro de 2014) e no não circulante R\$26.215 (R\$39.484 em 31 de dezembro de 2014), a título de marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações financeiras intermediárias. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização.

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Limitador
Loan 4131				
Itaú BBA x EPB 1				
P. Ativa		VC + 4,3288%		
P. Passiva	16.900	100,00% CDI	17/08/2015	-
Loan 4131				3,3660 (Set/16)
Citibank x EPB 2				3,1975 (Set/17)
P. Ativa		LIBOR + 1,8987%		
P. Passiva	40.000	101,00% CDI	28/09/2017	
Loan 4131				3,11 (Abr/17)
Itaú BBA x EPB 3				3,30 (Abr/18)
P. Ativa		VC + 4,105%		
P. Passiva	60.277	108,95% CDI	17/04/2018	
Loan 4131				
Citibank x EPB 4				
P. Ativa		LIBOR + 1,88%		
P. Passiva	5.500	CDI + 1,80%	27/02/2019	-
Loan 4131				
Citibank x EPB 5				
P. Ativa		LIBOR + 1,71%		
P. Passiva	20.720	CDI + 1,85%	28/05/2019	-

Em consonância com a Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, que podem ser assim resumidos:

Instrumentos financeiros derivativos					
	Valor de Referência		Descrição	Valor Justo	
	30/06/2015	31/12/2014		30/06/2015	31/12/2014
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira- USD e LIBOR	321.934	320.737
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(241.147)	(242.930)
			Opções de Moeda Estrangeira - USD	(52.865)	(29.422)
			Posição Total	-	
	234.600	235.098	Swap Com Opções	27.922	48.385
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira- USD e LIBOR	137.370	-
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(121.214)	-
			Posição Total		
			Swap Com Opções	16.156	-
Swap com Opções Itaú BBA e Citibank					
Swap Cambial Itaú BBA e Citibank	114.923	-			

O Valor Justo dos derivativos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de junho de 2015, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Empréstimos					
Swap com Opções - Itaú BBA e Citibank	-		37.461	(33.658)	(104.776)
Posição Ativa					
Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	321.934		284.473	355.592	426.710
Posição Passiva					
		Alta USD			
Taxa de Juros CDI	(241.147)		(241.147)	(241.147)	(241.147)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(52.865)		(10.549)	(74.815)	(139.862)
Subtotal	27.922		50.687	70.929	90.389
Líquido	27.922		70.238	5.972	(59.074)
Swap Cambial - Itaú BBA e Citibank					
	-		13.890	(16.980)	(47.850)
Posição Ativa					
Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	137.370		123.480	154.350	185.220
Posição Passiva					
		Alta USD			
Taxa de Juros CDI	(121.214)		(121.214)	(121.214)	(121.214)
Subtotal	16.156		16.156	16.156	16.156
Líquido	16.156		16.156	16.156	16.156
TOTAL	44.078		86.394	22.129	(42.918)

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 30 de junho de 2015, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 30 de junho de 2015, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$86.394 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente positivo de R\$22.129 e negativo de R\$42.918.

b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de junho de 2015 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 13,64%, TJLP =

6,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	122.691	Alta do CDI	4.077	5.036	5.974
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(446.869)	Alta do CDI	(14.251)	(17.615)	(20.908)
	(76.116)	Alta do CDI	(2.559)	(3.161)	(3.750)
	(64.499)	Alta da TJLP	(1.023)	(1.272)	(1.518)
Empréstimos, financiamentos	(63.888)	Alta do FNE	(1.241)	(1.541)	(1.836)
Subtotal (**)	(651.372)		(19.074)	(23.589)	(28.012)
Total	(528.681)		(14.997)	(18.553)	(22.038)

(*) Considera o CDI de 30 de setembro de 2015 (14,14 % ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de junho de 2015, TJLP 6,5% ao ano.

Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$50.147.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	30/06/2015	31/12/2014
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	2	81.750	45.979
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	78.103	37.721
Clientes	2	200.208	167.769
Títulos de créditos a receber	2	42.770	54.192
Instrumentos financeiros derivativos	2	44.078	48.385
Contas a receber da concessão	3	311.378	276.224
Ativos regulatórios líquidos	3	68.166	80.140

26 Benefícios a empregados

a) Plano de suplementação de aposentadoria

Plano de benefício definido

O plano de benefícios previdenciários (Funasa) mantido pela Companhia na modalidade de benefício definido, regularmente apresentava déficit atuarial.

Na busca do equacionamento desse plano a Administração apresentou e conseguiu aprovação junto a Secretaria de Previdência Privada das seguintes alterações dos referidos planos:

1. Fechamento do Plano de Benefício Definido (BD) para novos participantes;
2. Criação do Plano Saldado (PS) para o qual poderão migrar os atuais participantes ativos; e
3. Criação do Plano de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que tenham migrado concomitantemente para o plano (PS).

Os participantes que optaram pela migração para o plano (PS) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação do plano foi objeto de contrato de assunção pela patrocinadora Energisa PB com o respectivo fundo patrocinado - Funasa. Em função de sua característica, o plano (PS) não será objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadoras, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pela patrocinadora.

Plano de contribuição definida

A Companhia possui plano de contribuição definida após a reestruturação apresentada acima.

O plano (CD) se caracteriza por serem conhecidos os valores das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pela patrocinadora e dos resultados financeiros obtidos dos investimentos realizados pelos administradores do plano. Dessa forma, o plano nessa modalidade não gera para a patrocinadora, passivos em razão de desequilíbrio atuarial.

No período findo em 30 de junho de 2015 a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$5.719 (R\$4.295 em 30 de junho de 2014).

b) Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados.

No período findo em 30 de junho de 2015 as despesas com o plano de saúde foram de R\$1.870 (R\$1.551 em 30 de junho de 2014).

27 Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia - reais mil						
Vigência	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
2015 a 2048	282.791	588.618	590.194	577.056	613.967	8.743.932

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de setembro de 2014, e foram homologados pela ANEEL.

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

28 Concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica

Em 15 de janeiro de 2001, foi outorgado à Energisa PB a distribuição de energia elétrica em 216 municípios no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL.

29 Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	30/06/2015	31/12/2014
Atividades operacionais		
Contas a receber da concessão	27.816	45.523
Atualização do contas a receber da concessão - VNR	8.584	7.062
Fornecedores	4.814	10.126
Atividades de investimentos		
Imobilizado e intangível	7.051	23.407
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	2.237	13.281
Capitalização de reservas	26.032	35.619

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.
João Pessoa - PB

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional *IAS 34 - "Interim Financial Reporting"*, emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity"*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o *IAS 34*, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:

- ✓ **Maurício Perez Botelho**
Diretor de Relações com Investidores
E-mail: mbotelho@energisa.com.br
- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**
Diretor de Finanças Corporativas
E-mail: claudiobrandao@energisa.com.br
- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**
Gerente de Relações com Investidores
E-mail: caurelio@energisa.com.br
- ✓ **No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares**
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902
Fax: (21) 2122-6980 / 6931
- ✓ **Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80**
Tel.: (32) 3429-6226 / 6000
Fax: (32) 3429-6317 / 6480
- ✓ **Internet: www.energisa.com.br**
E-mail: stockinfo@energisa.com.br